



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Formação profissional.

“EU CONSEGUIA LIGAR OS PONTINHOS”: A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO NA FORMAÇÃO DO/A¹ ASSISTENTE SOCIAL

ROSEMEIRE DOS SANTOS²
ANDREIA ANDRADE ALVES³

Resumo: O presente texto é resultado da pesquisa acadêmica sobre a análise do processo de Estágio Supervisionado e como esse momento contribui para a Formação Profissional dos/as acadêmicos/as estagiários/as do curso de Serviço Social, na Universidade Federal do Tocantins. Abordando a Formação Profissional das entidades representativas e os caminhos do Estágio Supervisionado e as particularidades do campus de Miracema do Tocantins da Universidade Federal do Tocantins/UFT. A pesquisa traz uma contribuição relevante, com dados que dão materialidade a realidade dos/as estagiários/as, dos/as supervisores/as acadêmicos/as e de campo, bem como explana e analisa discursos dos/as próprios/as estagiários/as.

Palavras-Chave: Serviço Social; Formação Profissional; Estágio Supervisionado.

Abstract: The present text is the result of the academic research on the analysis of the Supervised Internship process and how this moment contributes to the Professional Training of the trainees of the Social Work course at the Federal University of Tocantins. Approaching the Professional Formation of the representative entities and the paths of the Supervised Internship and the peculiarities of the campus of Miracema do Tocantins of the Federal University of Tocantins / UFT. The research brings a relevant contribution, with data that give materiality to the reality of the trainees, the academic supervisors and the field, as well as explains and analyzes the speeches of the trainees themselves.

Keywords: Social Work; Vocational Training; Supervised Internship.

INTRODUÇÃO

O texto propõe possibilitar a reflexão sobre o estágio supervisionado do curso de Serviço Social do campus de Miracema do Tocantins na Universidade Federal do Tocantins – UFT, que é fruto da pesquisa que resultou

¹ É adotada a linguagem de gênero neste estudo, de acordo com a resolução nº 594/2011 do CFESS, como uma estratégia de desconstrução do machismo nas produções gramaticais. Ver mais em: <<http://www.cefes.org.br/arquivos/Res594.pdf>>.

² Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal do Tocantins.

³ Profissional de Serviço Social. Universidade Federal do Tocantins. E-mail: <andreaalves7@gmail.com>.

na monografia sob o título: “Eu conseguia ligar os pontinhos”: A importância do Estágio Supervisionado na Formação do/a⁴ Assistente Social.

Utilizada a pesquisa quanti-qualitativa representada pelo questionário aplicado aos/as acadêmicos/as matriculados/as no último período de Estágio Supervisionado do curso, desses questionários foram escolhidas duas estudantes para a entrevista. Os dados e relatos foram analisados pelo método dialético-crítico que visa a compreensão da realidade como uma totalidade. A pesquisa envolveu 23 (vinte e três) acadêmicos/as da turma estudada, e 2 (duas) acadêmicas do mesmo semestre, nomeadas a partir de personagens de Maurício de Souza, para garantir as mesmas o anonimato.

Todavia, antes de discutir sobre a questão de estágio supervisionado, é necessária a reflexão sobre formação e logo, discutir sobre formação profissional, segundo lamamoto (2009, p.169) requer fazer um resgate histórico, e considerar as particularidades atuais da profissão, é refletir sobre as temáticas que surgem, sobre as pesquisas que são realizadas ou não, é também se apropriar de construções teóricas, é se informar, se atualizar.

A partir de tais discussões, compreende-se que a Formação Profissional do/a Assistente Social, começa na academia, no meio universitário, em que o/a acadêmico/a tem contato com a história e desenvolvimento da profissão, e ainda no âmbito acadêmico/a no processo de no Estágio Supervisionado, o momento em que ele/a passa a ter contato com a prática profissional. Sabe-se, portanto, que a formação desses/as profissionais é responsabilidade tanto dos/as docentes, como dos/as profissionais que já estão no mercado de trabalho, e recebem estudantes nos espaços institucionais.

1 ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA FORMAÇÃO DE QUALIDADE

⁴ É adotada a linguagem de gênero neste estudo, de acordo com a resolução nº 594/2011 do CFESS, como uma estratégia de desconstrução do machismo nas produções gramaticais. Ver mais em: <<http://www.cefes.org.br/arquivos/Res594.pdf>>.

Ao referirmos a estudantes, e o processo de formação, não há como deixar de lado a reflexão do momento do Estágio Supervisionado, pois talvez, este seja um dos pontos cruciais da graduação em Serviço Social, uma vez que, é o momento em que o/a acadêmico/a pode fazer uma aproximação direta com a realidade e intervenção profissional, através do contato direto com prática profissional em seu respectivo espaço ocupacional.

Como destaca as próprias Diretrizes Curriculares para o Curso de Serviço Social o Estágio Supervisionado é um espaço que proporciona ao/a acadêmico/a o contato com a prática, como também o/a capacita para a ação, assim já faz o direcionamento para o agir profissional. “É preciso salientar que, no que tange à formação profissional, os campos de estágio se constituem importantes espaços para a realização da reflexão sobre vários aspectos da formação e, principalmente, de como se dá o exercício profissional” (CARIAGA; SILVA, 2016, p. 90-91).

É evidente que para alcançarmos uma formação de qualidade em Serviço Social é necessário fazer a constante relação entre a teoria e a prática, como também fazer a relação entre o tripé: ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, as Diretrizes Curriculares/1996 foram elaboradas para que essas relações sejam previstas e possíveis de cumprimentos, dando condições aos/as estudantes de Serviço Social ter uma formação de qualidade. “Existindo duas atividades, em especial, indispensáveis e obrigatórias para que se conclua a formação com êxito, são elas o Estágio Supervisionado e o Trabalho de Conclusão de Curso – TCC⁵, [...]” (GARCIA, 2013, p.13).

O momento do estágio é de suma importância para o/a estudante no seu processo de formação profissional. Ele é considerado como “a ‘atividade de aprendizagem social, profissional, cultural’, ou seja, ele começa por remeter diretamente ao sentido que essa atividade, efetivamente, deve portar no âmbito da formação” (JOAZEIRO, 2008, p.75). Assim, “o estágio é o *locus* onde a identidade profissional do aluno é gerada, construída e referida; volta-se para o

⁵ “O TCC é uma exigência curricular para a obtenção do diploma. Nele você deve sintetizar o que aprendeu nas três dimensões do curso (teórico-metodológica ético-política e técnico-operativa); recebe-se a orientação de um professor e posteriormente, a monografia é apresentada para uma banca examinadora e avaliada pela mesma” (GARCIA, 2013, p. 7).

desenvolvimento de uma ação vivenciada, reflexiva e crítica e, por isso, deve ser planejado gradativa e sistematicamente” (BURIOLLA, 2009, p.13).

O estágio curricular “na prática” procura superar a separação entre teoria e prática, buscando assim o desenvolvimento do/a estagiário/a, já “na teoria”, procura através da aprendizagem fazer a relação com a prática (RIBEIRO, 2010, p.93).

O estágio em Serviço Social é essencial para a formação do/a acadêmico/a, que seja “Um estágio que permita ao aluno o preparo efetivo para o agir profissional: a possibilidade de um campo de experiência, a vivência de uma situação social concreta supervisionada por um profissional [...]” (BURIOLA, 2009, p.17). E tem por objetivo formar profissionais que tenham capacidade de intervir na realidade, porém para isso, é preciso que este entenda o significado da profissão (GUERRA; BRAGA, 2009, p.5).

No princípio da legalidade o estágio em Serviço Social, conta com aportes normativos e regulativos, tais como, a Lei nº 11.788/2008 que dispõe sobre estágio profissional, a Resolução 533/2008, que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social e a Política Nacional de Estágio- PNE da associação brasileira de ensino e pesquisa em serviço social da ABEPSS. De acordo com a Lei nº 11.788/2008, já no seu artigo primeiro traz a compreensão do que é o Estágio, entendido como uma fase de preparação para vida profissional, e que este inicia desde o ensino médio, a educação profissional, até o ensino superior e também salienta que ele deve estar dentro das normativas do projeto pedagógico de cada curso.

Na resolução do conjunto CFESS/CRESS 533/2008, “[...] ‘é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática [...]” (BOSCHETTI, 2008, apud, BRASIL, 2008). Nesta mesma Resolução, apresenta os dois tipos de Estágio Supervisionado, o Estágio Obrigatório e o Estágio não- obrigatório, compreendemos sobre isso que,

- **Estágio curricular obrigatório:** segundo a Lei, é aquele definido no projeto pedagógico do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma.

- **Estágio não-obrigatório:** definido na Lei como sendo aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária

regular e obrigatória. Neste particular, enquanto órgão regulador, o CFESS define em sua Resolução as condições para a supervisão direta de estágio, considerada pela Lei que regulamenta a profissão uma atribuição privativa de assistente social.

A Política Nacional de Estágio (PNE) da ABEPSS é responsável por nortear os “[...] processos de mediação teórico-prática na integralidade da formação profissional do assistente social” (ABEPSS, 2010 p.1). Portanto, serve como balizadora do Estágio e da Supervisão, fornecendo subsídios para a orientação às instituições de ensino, e as instituições receptoras de acadêmicos/as e estagiários/as.

A Supervisão é a indissociabilidade de trabalho e formação, ou seja, é a unidade entre teoria e prática, um processo dialético, esta não pode ser separada dos elementos ético-político, técnico-operativo e teórico-metodológico, ocorre a partir da inserção do/a acadêmico/a na vivência profissional, ela é a junção da supervisão acadêmica, supervisão de campo e supervisionado/a (GUERRA; BRAGA, 2009).

Estamos entendendo supervisão como uma atividade imprescindível à formação não só acadêmica, mas direcionada para a formação e capacitação profissional permanente, que detém a possibilidade de orientar o aprimoramento da intervenção profissional que se realiza por meio da formulação e implementação de políticas e serviços sociais. É um processo de estimular, provocar, acompanhar e contribuir na capacitação de estudantes e/ou profissionais, equipes e executores e/ou formuladores de políticas, programas e/ou projetos a apreender e interpretar, na conjuntura, a particularidade do fenômeno com o qual trabalham, com a finalidade de analisar e encontrar o modo mais qualificado de operacionalizar a intervenção profissional. (Ibidem, 2009, p.5).

O estágio só assume seu papel enquanto constituidor de uma formação, quando os/as supervisor/as desenvolverem sua função pedagógica, sendo que o/a supervisor/as de campo deve instigar reflexões sobre a atuação profissional e o/a supervisor/a acadêmico/a deve, “instigar o aluno a refletir sobre seu campo de estágio, identificando e analisando suas limitações e possibilidades. Deve motivar o aluno a pensar criticamente sobre a realidade, [...]” (ORTIZ, 2010, p.124).

Ainda, sobre o processo de formação, compreende-se que existem desafios a serem superados, dentre eles podemos elencar alguns,

a) Falta de maior articulação entre os sujeitos do processo: supervisores acadêmicos e de campo e estagiários; b) a falta de

atualização profissional por parte de alguns supervisores; c) necessidade de bolsa estágio não ser o principal critério na escolha dos campos de estágio; d) dissociação teoria-prática que se sustenta numa visão distorcida de que a universidade é o espaço da teoria e os campos de estágio, da prática; e) pulverização de campos de estágio, segundo tendência do mercado na redução da oferta de vagas; d) proliferação dos cursos a distância que vendem uma imagem distorcida do estágio e da profissão. (RIBEIRO, 2010, p.99).

O estágio é uma atividade complexa, necessária e fundamental para a formação dos/as futuros/as profissionais, nele deve ser o momento de fazer a articulação das três dimensões elementares no Serviço Social, e a disciplina de Estágio assim como o campo deve dar condições ao/a acadêmico/a fazer a articulação entre teoria e prática (ORTIZ, 2010, p.121). Então partimos do princípio que relacionar a teoria com a prática é, portanto relacionar os/as atores/as envolvidos/as, fazendo a articulação dos/as mesmos/as, proporcionando assim, uma Formação Profissional de qualidade, em que os conhecimentos se cruzam e inter cruzam.

A relação de reciprocidade entre formação e supervisão afirma-se pela consolidação das Diretrizes Curriculares. O projeto político-pedagógico referendado pelos cursos, os planos de ensino das disciplinas e a capacitação aos supervisores, bem como o planejamento conjunto entre universidade e campo de estágio, são alguns instrumentos e estratégias que podem viabilizar tal pensamento, o qual ganha visibilidade pela operacionalização do trabalho coletivo (LEWGOY, 2010, p.162).

Às entidades organizativas, CFESS/CRESS, cabe a função de fiscalizar o exercício profissional, garantindo que a Supervisão de Estágio em Serviço Social seja uma atribuição privativa de Assistentes Sociais, cuidando da articulação entre as dimensões e as condições éticas e técnicas de acordo com a Resolução CFESS-493/2006⁶. Para as demais entidades ABEPSS e ENESSO, em conjunto com o CFESS/CRESS, que trabalham em defesa da qualidade da formação desses/as futuros/as profissionais, as mesmas buscam estratégias de fortalecimentos, como o “Plano de Lutas em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior⁷”. Pois, se preocupar com a

⁶ Resolução disponível em: < http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf>

⁷ “Em cumprimento à deliberação 1-F do Eixo Formação, aprovada no 37º Encontro Nacional CFESS/CRESS, foi constituído o Grupo de Trabalho por meio da Portaria CFESS n. 25, de 03/11/2008, composto por três conselheiras do CFESS e 5 conselheiras dos CRESS indicados no referido Encontro Nacional. O GT se reuniu em 15 de dezembro de 2008 na sede do CFESS, em Brasília, e iniciou o trabalho de sistematização de estratégias de enfrentamento à

Formação Profissional é fortalecer um dos pilares do Projeto Ético Político Profissional, assim, lutar contra a precarização do ensino (ensino à distância, contrarreforma na educação, a mercantilização da educação superior), é necessário, a medida que os reflexos dessa precarização, irá responder no exercício profissional (BRASIL, 2010, p.23-24).

2 PARTICULARIDADES ACERCA DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM MIRACEMA DO TOCANTINS

Adentrando ao foco da pesquisa, o Estágio no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins no campus de Miracema do Tocantins é permeado de peculiaridades próprias advindas tanto da própria regulamentação da instituição de ensino, quanto da região em que o curso está inserido. Para conseguirmos um estudo aprofundado da temática, foi realizada uma pesquisa para que pudéssemos atingir os objetivos do trabalho, o que resultou investigar o momento a partir da visão dos/as acadêmicos/as no último período de estágio no momento da pesquisa.

Assim entrevistou-se duas estudantes, e para a acadêmica, o Estágio Supervisionado “[...] é o momento em que o estudante na verdade vivencia a realidade, vivencia tudo o que a gente ouve na academia, [...]” (MAGALI, 2016). A outra entrevistada ainda complementa no mesmo sentido e diz que para ela é no estágio é:

Onde tu vai ter oportunidade de vivenciar a prática e de associar a prática a aquilo que ele vem aprendendo ao longo da formação. E também o Estágio Supervisionado é um processo de formação profissional, porque além de poder construir essa relação entre teoria e prática, ele propicia momentos de reflexão, de investigação, a partir do momento que a gente tem que construir um plano de estágio, conhecer a realidade daquela instituição, de conhecer as demandas, esse momento de ter uma aproximação à prática do assistente social lá no espaço ocupacional. (MÔNICA, 2016).

precarização do ensino superior, conforme objetivo definido no referido Encontro. Desse modo, as atribuições do GT se consubstanciam em: “Sistematizar atividades já realizadas pelo Conjunto CFESS/CRESS e pelas entidades nacionais do Serviço Social, bem como construir novas estratégias de enfrentamento à precarização do ensino superior e subsidiar a realização de ações coletivas em defesa da formação e do exercício profissional com qualidade”. (CFESS, 2009, p.1)

Referente a isso, “O estágio é concebido como um campo de treinamento, um espaço de aprendizagem do fazer concreto do Serviço Social, onde um leque de situações, de atividades de aprendizagem profissional se manifestam [...]” (BURIOLLA, 2009, p.13). Logo, o estágio deve dar condição de fazer “[...] uma revisão constante desta vivência e o questionamento de seus conhecimentos, habilidades, visões de mundo etc., podendo levá-lo a uma inserção crítica e criativa na área profissional [...]” (Ibidem, 2009, p.17).

Questionado as estudantes sobre as concepções sobre a relevância da supervisão acadêmica, Ambas corroboram que a troca constante de supervisor/a acadêmico/a era um dos grandes impasses na supervisão,

A supervisão acadêmica é um negócio complicado, [...] porque tem um déficit, além da gente não ter um acompanhamento da mesma professora, tava sempre mudando de professor que não conseguia acompanhar o processo de estágio da gente, elas estavam distantes do campo de estágio (MÔNICA, 2016).

Essa frequente mudança causa nas estudantes em questão, certa confusão em relação ao processo de supervisão acadêmica, pois cada supervisor/a tem sua própria forma de conduzir esse processo, e quando as estudantes já estavam/estão se adaptando a um modo de supervisão, tinham/tem que se readaptar a outro, é como expressa a estagiária, “mudou tudo, tipo, a cobrança e as coisas [...] não tinha nada a ver com o que era a dinâmica acadêmica da outra professora [...]” (MAGALI, 2016). E além dessa troca de supervisor/a outra crítica apresentada era de que a supervisão acadêmica não caminhava junto com a instituição que recebia o/a estagiário/a, sendo uma queixa constante não só dos/as estudantes, mas da própria instituição, pois para o/a assistente social do campo, tem uma maior participação da academia no campo de estágio, a acadêmica atenta para essa questão e afirma que, “[...] tem que ter uma troca, uma articulação, um processo de discussões, reflexão, sobre o que eu estou vivendo lá, enfim, não teve isso, teve o estágio e a supervisão acadêmica ficou muito com o papel só de avaliar [...]” (MÔNICA, 2016).

O momento da supervisão deve abranger todos/as os/as atores/as envolvidos/as no processo de estágio, não somente acadêmico(a)/instituição, acadêmico(a)/universidade, ou universidade/instituição, mas todos/as interagindo entre si,

[...] os protagonistas deste processo de ensino-aprendizagem, quer que seja o professor, o aluno ou o assistente social supervisor, todos são beneficiados, pois a observação direta da faculdade no cotidiano de estágio pode significar avanços na formação profissional do aluno e oxigenação profissional do assistente social supervisor. (LEWGOY, 2010, p. 157).

As falas demonstram que o momento da supervisão acadêmica é muito importante para o processo de estágio, pois além da parte da avaliação, é com o/a supervisor/a acadêmico/a que o/a estagiário/a tem a possibilidade de refletir junto com os/as outros/as colegas as experiências de cada um/a. Para além disso, o acompanhamento do/a professor/a no campo de estágio é essencial, tendo em vista que dialogar com a instituição na pessoa do/a supervisor/a de campo é imprescindível para a formação do/a acadêmico/a, afinal de contas o/a estudante passa a fazer parte e contribuir com a instituição a partir da sua inserção no campo, portanto, o retorno da universidade é necessário.

Com relação a supervisão de campo, nas falas das entrevistadas fica evidente a participação contínua do/a supervisor/a de campo nesse processo. Para a estagiária Mônica a supervisora de campo que a recebeu:

[...] tava bem presente, sempre me instigando, e sempre buscando que eu tivesse mesmo um processo de aprendizagem e trazendo, a gente tinha bastante esse momento de discussão, porque tinha umas coisas na prática que eram meio controversias, mas a gente discutia bastante sobre isso, [...] (MÔNICA, 2016).

Para Joazeiro (2008, p.86) é o/a supervisor/a de campo o/a responsável por acompanhar e orientar o/a estagiário/a no campo, e é a partir desse acompanhamento e orientação que vai contribuindo para a compreensão e construção do saber do/a estudante em relação a atividade profissional. Portanto é atribuído ao/a supervisor/a de campo ou acadêmico/a boa parte da responsabilidade da formação do/a estudante, e tudo o que ele/a vê e faz durante o estágio servirá de norte, de exemplo para seus futuros atendimentos. A estagiária diz que: “Eu vou me espelhar na minha supervisora, [...] Eu vou me lembrar, me reportar de algumas coisas que minha supervisora fazia, dos atendimentos [...]” (MAGALI, 2016). A outra acadêmica diz que: “Aprendi lá no estágio a questão de ter estratégias enquanto profissional [...] estratégias para

conseguir se posicionar enquanto profissional que possui um projeto de profissão, um direcionamento [...]” (MÔNICA, 2016)

[...] a questão que se coloca não é tanto a de um modelo, mas a de que o aluno em formação necessita ter uma referência em relação ao profissional do curso que escolheu, que será o ponto de partida para se identificar, ou não, com a profissão. esta referência deve contemplar os princípios básicos norteadores que alicerçam a profissão e a prática profissional (BURIOLLA, 2010, p.34).

Ao serem questionadas sobre quais os principais desafios encontrados durante a fase do Estágio Supervisionado, uma das estagiárias diz que a fragmentação no desenrolar do estágio era um dos grandes desafios, algumas vezes essa fragmentação deu-se por conta das greves que a universidade enfrentou, mas, outras foram pela quantidade de ida ao campo de estágio, o que causava certo distanciamento da rotina da instituição, provocando a pouca participação dos/as estudantes no estágio, assim como aponta a estudante, “[...] eu ia lá só duas vezes na semana, então eu não conseguia acompanhar como que se dava os atendimentos, o desenrolar daquele caso [...]” (MÔNICA, 2016). Para a outra estagiária, o fato dela ter conseguido um estágio remunerado contribuiu na quantidade de idas dela ao campo, o que de certa forma melhorou, pois ela tinha a oportunidade de ir mais vezes no campo de estágio, portanto, tinha um melhor acompanhamento, “[...] E eu aprendi muito no meu estágio e aprendi mais ainda quando eu prolonguei as idas, porque eu acho que se eu continuasse indo duas vezes na semana eu tinha aprendido, mais tinha aprendido menos” (MAGALI, 2016).

Outra dificuldade destacada pelas acadêmicas⁸ é sobre a locomoção das mesmas e dos/as outros/as colegas que realizam essa atividade em outra cidade, para uma das acadêmicas entrevistadas o principal desafio era [...] a locomoção porque eu tinha que ir, como a maioria dos meus colegas de estágio a gente tinha que ir para a cidade de Palmas” (MAGALI, 2016). Todavia, o transporte disponibilizado pela universidade que conduz os/as estagiários/as que cumprem sua carga horária em outros municípios, não dá condições deles/as irem mais vezes até o campo, pois é somente um transporte e o mesmo tem que se dividir entre alguns municípios e horários de estágio dos/as acadêmicos/as,

⁸ As acadêmicas que participaram da entrevista fazem estágio na cidade de Palmas – TO.

esses que muitas vezes se divergem por conta da rotina de cada instituição. Sendo assim, não há condições desse transporte suprir a real necessidade dos/as estudantes que fazem estágio em outras localidades, e levá-los/as mais que duas vezes ao estágio, o que proporcionaria a eles/as uma presença mais assídua no campo, “[...] a universidade só disponibilizava o transporte duas vezes por semana e eu não tinha condições financeiras de ir sem ser pela van do estágio” (MÔNICA, 2016). Em um estudo de duas docentes da UFT do curso de Serviço Social, e que outrora já exerceram a posição de supervisoras acadêmicas, elas destacam que:

Lembramos que a criação do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins ocorreu no interior do estado e que apesar de a capital ser próxima, ainda assim os estudantes precisam fazer um deslocamento que se configura, muitas vezes, como uma viagem, o que implica custos físicos e financeiros consideráveis (CARIAGA; SILVA, 2016, p. 95).

Outras falas ainda retratam como as estudantes faziam essa relação entre prática e teoria, e de como conseguiam enxergar o Projeto Ético Político Profissional impresso no cotidiano do/a assistente social durante o momento do Estágio Supervisionado.

[...] enquanto estagiária, a possibilidade de materialização do projeto ético político, eu penso que a gente tem que primeiro ter a compreensão sobre a instituição, para que a gente possa enxergar as demandas e fazer as reflexões a partir do conhecimento que a gente tem, pra que a gente possa visualizar as possibilidades de materialização do projeto ético político. (MÔNICA, 2016)

É perceptível que partir da inserção do/a acadêmico/a estagiário/a no campo, e a partir do contato com as políticas, com o agir profissional, com os instrumentos de trabalho, e com a rotina da instituição, que esse/a tem um melhor e mais próximo contato com a profissão e com a materialização do PEPP, “Eu tinha contato com os instrumentais tipo: entrevistas, visitas, visitas domiciliares, relatórios, encaminhamentos” (MAGALI, 2016). Podemos então entender que através da rotina na instituição, do agir profissional perante as demandas diárias, elas conseguiam visualizar o projeto profissional materializado, então, elas faziam reflexões a partir das teorias estudadas, dos aportes legais da profissão, dos instrumentais de trabalho, e relacionavam uma coisa com a outra e assim, conseguiam identificar por si só, “[...] ah! É isso! então

eu conseguia ligar os pontinhos e construir minhas próprias pontuações, reflexões sobre aquilo que a gente ia aprendendo ou vivenciando lá no estágio” (MÔNICA, 2016).

Nesta perspectiva, entende-se que a materialização do PEPP no estágio só é possível com embasamentos teóricos, com o conhecimento e empoderamento das leis e resoluções que envolvem a profissão, e com o debate e reflexão constante, tanto dentro do campo de estágio, quanto da própria universidade, fazendo desse momento mais que o cumprimento de uma atividade obrigatória, para cumprir a carga horária, mas, como um momento de aprendizado de como ser um/a profissional do Serviço Social.

Perguntadas sobre o que mudariam ou sugestionariam no momento do Estágio Supervisionado dentro da universidade, na disciplina, metodologia, ou até mesmo a dinâmica de estágio dentro da própria UFT, as acadêmicas pontuaram que a haveria a necessidade de se ter um olhar voltado para a presença mais assídua do/a estudante no campo de estágio, porém que a durabilidade do estágio como um todo acabada por si tornar cansativo para as mesmas, além de provocar certo incômodo na instituição que recebe o/a acadêmico/a, pois são quatro períodos de estágios que o/a estagiário/a da UFT cumpre, e comparado ao de outras Instituições de Ensino Superior (IES) é relativamente maior em questão de durabilidade. No entanto, o que prevê a PNE, é que:

[...] as Diretrizes Curriculares, o estágio curricular obrigatório deve ser oferecido em diferentes níveis (totalizando entre 02 e 04 semestres), distribuídos, de forma equilibrada, no decorrer dos últimos anos de integralização do curso. A carga horária das atividades de campo deve ser de, no máximo, 30h semanais (conforme lei do estágio), além da realização de, no mínimo, 03 horas/aula semanais de supervisão acadêmica. (ABEPSS, 2010, p. 29).

Outra questão que chama a atenção nos relatos é sobre ter a oportunidade de vivenciar a prática profissional através do estágio em diferentes áreas de atuação profissional, o que acrescentaria muito na formação do/a acadêmico/a, pois como fala uma das estudantes “[...] como eu fiz estágio só na área da educação e vou lá e passo em um concurso, passei dois anos acompanhando tudo na área da educação e passo no em um concurso pra área da assistência, eu vou ficar boiando, vou ficar perdida” (MAGALI, 2016).

Segundo Buriolla (2009, p.39), é possível que haja essa rotação em diferentes políticas no momento do estágio, o que de fato enriqueceria o processo de formação do/a estudante, dando a ele/a uma compreensão de outros espaços e atuações distintas. Entretanto, atualmente na UFT, no curso de Serviço Social e com o PPC vigente, não há essa possibilidade, pois, percebe-se que o estágio está amarrado do início ao fim, ou seja, todos se completam, começa pelo Estágio I e as atividades vão se até o Estágio IV.

As entrevistadas chamam atenção para a falta de compromisso da unidade de ensino, em relação ao retorno da universidade ao campo de estágio, a estagiária ainda atenta, “[...] essa aproximação da universidade com o estágio lá no campo, acho que isso deveria mudar.” (MÔNICA, 2016). Na Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (PNE - ABEPSS), essa relação entre universidade e o campo de estágio deverá ser mediada não somente pelo/a acadêmico/a e pelo/a estagiário/a que está no campo, mas pelo/a supervisor/a acadêmico/a, que deverá se fazer presente no ambiente de estágio do/a estudante, fazendo esse acompanhamento e contribuindo com o retorno da academia para aquele espaço que recebeu o/a estudante para cumprir essa atividade curricular.

Mas é necessário salientar que há outros espaços que são lugares onde pode haver essa aproximação, troca e devolutiva da universidade para com a unidade que recebe o/a estagiário/a, pois estes não se resumem apenas as vistas aos campos de estágios, ao contrário, essa relação mais próxima da instituição de ensino, com a instituição concedente de estágio, pode ser estreitada através de outras atividades, como por exemplo, capacitação dos/as supervisores/as de campo, em momentos de debates coletivos, inserir o/a supervisor/a de campo nas atividades acadêmicas, assim como é retratado pelas autoras:

A peculiaridade da contribuição do estágio na formação acadêmica requer compreender e efetivamente reconhecer como sujeitos os segmentos que o compõem. A experiência da constituição de Fóruns de Supervisores expressa uma participação propositiva para contribuir com a organização da categoria para com o projeto de formação profissional, para troca de saberes e para a qualificação do exercício da Supervisão (GUERRA; BRAGA, 2009, p. 22).

Algumas críticas também foram feitas em relação a mudanças no próprio campo de estágio, e por mais que essas críticas foram identificadas e expressas apenas por duas entrevistadas, elas não se restringem somente a esses dois espaços ocupacionais que receberam as estudantes, mas, nota-se que, essas mudanças que por elas foram sugeridas, precisam ser realizadas nos mais variados campos de estágio.

Foi evidenciado a partir das falas das estudantes que elas se sentem incomodadas com as possíveis atividades realizadas por suas supervisoras que não são de competências e/ou atribuições da profissão, bem como, diz que as profissionais por vezes não detêm de visibilidade perante a equipe do espaço de trabalho. Sabemos que o/a profissional do Serviço Social está amparado por aportes legais que o/a resguarda e o/a norteia no seu exercício profissional, dentre eles está a Lei de Regulamentação da Profissão (8662/93), e o Código de Ética de 1993, com os princípios, as competências e atribuições do/a assistente social, dando a ele/a condições teórico-políticas de como agir segundo o projeto da profissão. Quanto a isso:

O Código de Ética nos indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, descolados do processo social. Afirmo, *como valor ético central*, o compromisso com a nossa parceira inseparável, a *liberdade*. Implica a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos direitos dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos (IAMAMOTO, 2009, p.77).

Outra questão abordada pelas sujeitas em questão é a falta da bolsa estágio, ou um estágio remunerado, ratificado no relato da estudante estagiária Magali, que para ela a necessidade da remuneração no estágio é muito importante devido pontos como locomoção e alimentação dos/as estagiários/as que realizam a atividade fora do município, e que a acadêmica sugere como mudança tendo em vista que considera isso como algo necessário e importante para a realização do estágio tranquilo, sem eventuais casualidades, principalmente relacionadas a transporte. Ainda analisando a PNE, observa-se que essas questões da bolsa estágio bem como outros fatores que contribuem para as dificuldades que surgem durante esse processo afetam na formação profissional desse/a estudante,

Este processo político-pedagógico constitui-se num momento importante e de atenção as questões conjunturais que complexificam e dificultam esta etapa da formação profissional, tais como: a precarização nos campos de estágio e nas instituições de ensino, pela deficiência de recursos materiais, físicos e humanos, a bolsa-estágio que não condiz com a realidade de estudantes-trabalhadores, a massificação do processo de supervisão acadêmica pelo número excessivo de estudantes, dentre outros. Também se constitui num momento privilegiado para planejar estratégias de operacionalização para o enfrentamento dessa realidade. (ABEPSS, 2010, p.15).

A apreensão da profissão é construída e absorvida dia após dia no campo de estágio e na disciplina de Estágio Supervisionado, neste sentido, foi indagado as estudantes como essa fase contribuiu/acrescentou na formação de cada uma, então, “[...] eu aprendi muita coisa, porque minha supervisora sempre que ela ia fazer qualquer coisa, ou fazer um relatório ela falava assim: faz isso, e isso, faz assim [...]” (MAGALI, 2016). Na fala da estudante, a acolhida, a forma com que a supervisora acadêmica a incluiu na dinâmica da instituição e a participação na operação com os instrumentais, foi importante para o aprendizado da profissão. E de fato o/a estagiário/a chega meio perdido/a no campo e a aceitação, a inclusão do/a estagiário/a na instituição, e principalmente a vontade do profissional em ensinar e ao mesmo tempo aprender, é fundamental nesse processo. Para a acadêmica, quando questionada sobre o que o estágio lhe acrescentou, ela responde:

Ai muitas coisas, tanto coisas positivas que eu quero levar quanto coisas que eu não quero levar pra minha vida profissional, mas que eu aprendi com isso também, por exemplo, primeiro de tudo me enxergar como assistente social, porque antes do estágio, a gente fica muito meio que sem saber o que o serviço social faz, porque a gente pega sociologia, filosofia, psicologia essas coisas que não dizem de fato o quê que é o serviço social, aí a partir do estágio eu comecei a enxergar mais a profissão, e também a gostar do serviço social, a me identificar com a profissão [...] (MÔNICA, 2016).

Segundo Guerra e Braga (2009, p.02) a supervisão é de atribuição do/a profissional de Serviço Social, e a mesma propõe uma formação de qualidade para o/a acadêmico/a estagiário/a, direcionando os/as estudantes uma visão da profissão embasada no Projeto Ético-Político Profissional. Logo, grande parte da aprendizagem da profissão se dá no campo de estágio, é onde o/a supervisor/a serve de exemplo do que venha a ser um/a assistente social,

assim, ele tem o compromisso de nortear e supervisionar esse/a estudante em uma perspectiva crítica e ético-política, neste sentido:

Entende-se que o estágio possibilita ao aluno uma identificação com o mundo profissional e com a dinâmica social. Isso vai requerer a adoção de uma concepção que preserve o compromisso ético-político da profissão, ao mesmo tempo em que prepara o aluno para dar respostas que possam incluí-lo no mercado, o qual oferece à profissão visibilidade e validade social (LEWGOY, 2013, p.79).

Ressalva-se que para acontecer a discussão sobre a importância do na formação do/a profissional, os/as sujeitos/as apontaram alguns desafios, que começam desde a sala de aula, até o campo de estágio no qual o/a acadêmico/a estagiário/a está inserido/a. Portanto, relatam os entraves que começam dentro da sala de aula com a dinâmica do/a supervisor/a acadêmico/a (com suas contribuições teóricas e avaliativas), e do acompanhamento do/a supervisor/a de campo, (como ele/a insere o/a estudante no ambiente, na rotina institucional e nas suas atribuições propiciando assim o desenvolver da identidade profissional do/a estudante que lá está).

3 CONCLUSÃO

As apreciações contidas na pesquisa nos revelam situações bem corriqueiras no Estágio Supervisionado da referida universidade. A busca por compreender como acontece esse processo na visão do/a estagiário/a, trouxeram à tona questões que podem ser revertidas a partir das mudanças entre o ensinar e o aprender. Essa investigação não aconteceu com o objetivo de fazer a crítica só por criticar, ao contrário, aconteceu para deixar evidentes questões que podem fazer a diferença, e de fato fazem, pois são importantes para a formação do/a acadêmico/a.

Uma questão observada e que se torna a reclamação da maioria, é sobre a remuneração do estágio, 96% dos/as estagiários/as dessa turma realizam o estágio sem qualquer tipo de remuneração ou bolsa estágio, sendo que o perfil da maioria dos/as acadêmicos/as da universidade é de estudantes trabalhadores/as, que trabalham no contra turno do curso, e o fato de ter que faltar ao trabalho para realizar essa atividade curricular, acaba por gerar gastos.

Outro aspecto analisado na tabulação do questionário aplicado, refere-se ao município onde o/a estudante faz o estágio, segundo os resultados obtidos, do total de 23 acadêmicos/as, 16 deles fazem estágio em outras cidades, sejam elas: Palmas, Miranorte ou Tocantínia. Esse também é um fator muito importante quando nos remetemos a questão da remuneração, pois o transporte disponibilizado pela UFT, não suprir o número de vezes que o/a estagiário/a tem que ir ao campo de estágio para conseguir cumprir as horas exigidas no semestre. Daí o/a mesmo/a, tem que arcar com mais esse gasto, que é o deslocamento, além da alimentação. E se ele/a possuísse uma bolsa, poderia reverter essa quantia para esses fins.

As análises das entrevistas revelam um cenário de supervisão acadêmica ainda em falta na percepção das estagiárias, pois as mesmas se queixam de um distanciamento, ou seja, a falta da presença física do/a supervisor/a acadêmico/a nos seus respectivos campos de estágio, e que essa presença só acontece mediante as visitas, porém de forma superficial, e para elas, não há um retorno da universidade para com as instituições que as receberam. Todavia, segundo a PNE da ABEPSS, essa relação poderia ser estreitada através do contato mais direto do/a supervisor/a acadêmico/a com o/a supervisor/a de campo, como por exemplo, os/as supervisores/as acadêmicos/as orientar os/as supervisores/as de campo quanto a política de estágio da instituição, inserindo também esse/a profissional nos debates sobre o estágio e sobre a formação profissional. Há que se pensar também em organizar reuniões, encontros e seminários em que haja uma melhor e mais próxima interação entre os/as supervisores/as de campo, acadêmico/a e o/a estagiário/a, possibilitando assim a discussão sobre as atualizações da profissão, sobre qualificação, sobre o processo de ensino-aprendizagem e outras questões pertinentes. (ABEPSS, 2010, p.20-21). Assim, a necessidade da construção coletiva entre os/as sujeitos/as partícipes do processo de estágio é apontado na PNE como forma de atribuições á cada um/a dos/as mesmos/as. Portanto, cabe as unidades de ensino, as instituições que recebem os/as estudantes e os/as próprios/as estagiários/as:

Participar das reuniões, encontros de monitoramento, avaliação e atualização, seminários, fóruns de supervisores e demais atividades promovidas pela Coordenação de Estágios da UFA, para o devido

estabelecimento da unidade imprescindível ao processo pedagógico inerente ao estágio supervisionado; (Ibidem, 2010, p.22).

Perante todas as dificuldades de cunho acadêmico ou institucional, relatadas pelos/as sujeitos/as em análise, sejam elas, as atuais ementas da disciplina de estágio que não acompanham o desenvolvimento do/a estudante nas fases desse processo, a rotatividade da supervisão acadêmica que causa confusões nas formas de aprendizado, a locomoção dos/as estagiários/as para cumprir horas em outra cidade, a falta da bolsa estágio (estágio não remunerado), o distanciamento da universidade com o campo de estágio, e até a quantidade de vezes que o /a acadêmico/a consegue ir ao campo de estágio, são desafios que merecem um debate mais profundo a fim de propor intervenções. Portanto, torna-se necessário, propor mudanças com as quais melhorariam esse momento, como por exemplo, fazer as alterações no PPC do curso, visando a mudança nas ementas das disciplinas de estágio, para que as mesmas acompanhem o desenvolvimento do/a acadêmico/a. Em relação ao transporte dos/as estudantes, sabendo que não há possibilidades de deslocamento do veículo mais vezes por semana, a viabilidade da bolsa estágio (estágio remunerado), já daria uma possibilidade de deslocamento dos/as estagiários/as, pois através dos relatos os/as mesmos/as afirmam que a questão financeira é um fator que os/as impedem de ir mais vezes ao campo de estágio.

Entretanto, essa tarefa de formar profissionais competentes e aptos/as a exercerem a profissão em comum acordo com o Projeto Ético-Político, não está apenas na IES, nem tampouco com a instituição que recebe o/a estagiário, essa é uma responsabilidade conjunta, ou seja, o conjunto CFESS/CRESS, a ABEPSS, e a ENESSO também são co-responsáveis por cada novo/a profissional que chega ao mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. **Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília, [2010]. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/pneabepss_maio2010_corrigida.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2016

BRASIL. **Código de ética do/a assistente social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 10. ed. rev. e atual. [Brasília]: Conselho Federal de Serviço Social, [2012]. 60 p.

_____. **Meia Formação não garante um direito**: o que você precisa saber sobre supervisão direta de estágio em serviço social. CFESS, 2010.

_____. **PPC** – Projeto Pedagógico do Curso de Serviço Social – UFT – Curso de Serviço Social. Campus de Miracema, 2010.

_____. **Resolução cfess nº 493**, de 29 de setembro de 2008. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao_493-06.pdf> Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. **Resolução cfess nº 533**, de 29 de setembro de 2008. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/Resolucao533.pdf>> Acesso em: 08 jan. 2016.

BURIOLOLA, Marta Alice Feiten. **O estágio supervisionado**. 6.ed. São Paulo: Cortez, 2009. 182p.

_____. **Supervisão em serviço social**: o supervisor, sua relação e seus papéis. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

CARIAGA, Maria Helena; SILVA, Maria José Antunes da. Caminhos da formação: os desafios da supervisão de estágio no curso de Serviço Social de Miracema do Tocantins. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 125, 2016.

GARCIA, Thayná Temóteo. et al. A abepss como organização política e a regulamentação da supervisão direta de estágio em serviço social. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS, 6, 2013. **Anais...** São Luís/MA, 20 a 23 de agosto de 2013. Disponível em: <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo16-impassesedesafiosdaspolicasdasseguridadesocial/pdf/aabepsscomoorganizacaopoliticaearegulamentacaodasupervisao.pdf>> Acesso em: 08 jun. 2016.

GUERRA, Yolanda; BRAGA, Maria Elisa. **Supervisão em Serviço Social**. In: _____. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS /ABEPSS. 2009.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 16. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

JOAZEIRO, Edna Maria Goulart. **Supervisão de Estágio**: Formação, saberes, temporalidades. Santo André, SP: ESETec Editores Associados, 2008.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. **Supervisão de estágio em serviço social**: desafios para a formação e exercício profissional. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário da Silva. Estágio Supervisionado Curricular em Serviço Social: Elementos para Reflexão. **Temporalis**, Brasília: Revista da ABEPSS, ano 9, n.17, 2009.

ORTIZ, Fátima Grave. Desafios contemporâneos para o processo de estágio e supervisão em serviço social. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. (Orgs). **Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

RIBEIRO, Eleusa Bilemjian. **O estágio no processo de formação dos assistentes sociais**. In: FORTI, Valeria; GUERRA, Yolanda. (Orgs). **Serviço Social: temas, textos e contextos: coletânea nova de serviço social**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. 226p.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade. In: CFESS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília, 2009.